

**O retorno financeiro dos egressos da Universidade de Brasília (1995-2015):
uma análise das remunerações**

*The financial return of the graduates of the University of Brasília (1995-2015):
an analysis of the remunerations*

Vanilda de Oliveira Coelho*

Andrea Felipe Cabello**

Resumo

O presente estudo teve por objetivo principal estudar o retorno financeiro à educação fornecido pela Universidade de Brasília (UnB), a partir da remuneração dos seus egressos de graduação dos últimos 21 anos. Foram levantados dados em relação aos graduados pela UnB entre os anos de 1995 e 2015, com levantamentos junto à Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE). Concluiu-se que a remuneração aumenta ao longo dos anos e a diferença entre cursos tende a diminuir, sinalizando a boa qualidade do aluno oriundo da UnB em qualquer área de atuação.

Palavras-chaves: Investimento em Educação; Capital Humano; Teoria Econômica da Educação.

Abstract

The present study had as main objective to study the returns of the education provided by the University of Brasília, from the remuneration of undergraduate students of the last 21 years University of Brasília. Data on graduates by UnB between 1995 and 2015 were collected, with surveys from the Social Information-RAIS - of the Ministry of Labor and Employment. It is concluded that the remuneration increases over the years and the difference between courses tends to decrease, signaling the good quality of the student coming from UnB, in any area of performance.

Keywords: *Investment in Education; Human capital; Economic Theory of Education.*

* Mestre em Economia e Gestão de Finanças Públicas pela UnB – e-mail: vanildacoelho@unb.br

** Doutora em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) – e-mail: andreafe@unb.br

1. Introdução

A literatura sobre retornos da educação é vasta e sinaliza os benefícios desse tipo de investimento, principalmente em longo prazo. A Educação desempenha o papel de oportunizar e de aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho ou, em outros termos, de majorar a empregabilidade e a remuneração dos indivíduos, num cenário em que o desemprego tecnológico parece que veio para ficar (CASTELLS, 1999). Um tipo especial de retorno é o retorno salarial dos egressos ao longo do tempo.

A Universidade de Brasília (UnB) está inserida em um ambiente favorável, valendo-se de elementos positivos, como a localização estratégica da Capital Federal, a boa imagem institucional e a credibilidade conquistada ao longo de seus 55 anos de existência. Essas peculiaridades fazem com que os retornos do investimento em capital humano realizados por meio dessa instituição pareçam ser particularmente positivos e mereçam estudo. Assim, nosso objetivo é mapear os retornos financeiros à educação a partir dos egressos da UnB dos últimos 21 anos. Para isso, utilizaremos dados desses egressos e também da Rais, buscando investigar sua colocação no mercado formal de trabalho, a fim de avaliar, assim, o retorno salarial do investimento feito ao longo do tempo nesses alunos.

O estudo com os egressos de graduação da UnB justifica-se, pois busca verificar se esta universidade tem atendido às demandas do mercado de trabalho no que tange aos profissionais que são por ele requisitados. Esse retorno é fundamental para 1) medir as aderências dos cursos às necessidades do mercado de trabalho, 2) formular políticas institucionais, 3) atestar os resultados do compromisso da UnB com a sociedade e 4) orientar melhorias. Tais informações podem ainda, com a construção de uma imagem positiva da Universidade, motivar os alunos atuais, bem com os futuros ingressantes.

Os resultados são igualmente importantes para a UnB e para os demandantes de ensino superior de forma geral, na medida em que a análise da aderência de inserção dos egressos no mercado de trabalho pode ser vista como uma variável correlacionada à qualidade da formação desse egresso, além de mostrar quais áreas de formação têm mais adesão ao mercado de trabalho no Distrito Federal e no país como um todo.

O estudo foi realizado apenas com egressos de graduação, já que os demais egressos, mestres e doutores, muitas vezes já são profissionais alocados no mercado de trabalho que retornam à universidade para se especializarem. Além disso, a escolha por delimitar o estudo dessa maneira decorre de sua proposta de verificação, junto à Relação

Anual de Informação Social- Rais do Ministério do Trabalho e Emprego, de informações referentes aos graduados pela UnB que se encontram no mercado de trabalho, o que não implica dizer que os demais, formados em anos anteriores a 1995, não estejam neste mesmo mercado. Neste estudo, para melhor adequação à proposta pretendida, optou-se por delimitar um período específico, visando facilitar as análises dos dados disponibilizados.

Vale ressaltar que, embora este estudo tenha a preocupação de analisar o retorno financeiro/demanda/inserção dos egressos da UnB no mercado de trabalho, sabe-se que a universidade também tem a missão de buscar a formação mais humana e social de seus alunos, contando com diversos cursos que buscam dinamizar os aspectos sociológico, humanitário e cidadão, ficando a questão do retorno financeiro em segundo plano.

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção um, apresentam-se os aspectos teóricos que embasam o estudo proposto. Na seção dois, abordam-se dados e procedimentos da pesquisa. Na terceira seção, apresentam-se os resultados relativos ao período em estudo.

2. A Economia da Educação

A Economia da Educação e a Teoria do Capital Humano buscam explicar as relações entre Educação e desenvolvimento. Um dos pioneiros nesse tipo de investigação científica foi Theodore Schultz, entre os anos de 1950 e 1960. Para Schultz (1967), por meio do investimento em Educação as pessoas adquirem capacidades e habilidades, passam a ter melhores trabalhos e melhores remunerações. Isso faz com que exerçam influência na acumulação de capital, além de alterarem as estruturas dos padrões de consumo e elevarem o nível sociocultural. Assim, a Educação é vista como um investimento que alça a produtividade e os ganhos dos trabalhadores, além de alterar o padrão de vida dos indivíduos e de impulsionar o desenvolvimento econômico.

A Economia da Educação fornece, assim, uma explicação para as diferenças no nível de desenvolvimento entre as nações e rendimentos entre os indivíduos. Os diferentes estoques de capital educacional justificam essas diferenças e evidenciam que a Educação, somada a outros fatores econômicos, políticos e sociais, constitui-se umas das condições necessárias para a saída do subdesenvolvimento.

As pessoas valorizam suas capacidades, tanto como produtores quanto como consumidores, pelo investimento que fazem em si mesmas. A Educação é a melhor forma de investir em capital humano, pois, além de produzir instrução, faz progredir nos conhecimentos por meio da pesquisa. A instrução pode produzir e causar benefícios no presente ou no futuro, sendo vista como um investimento que afeta tanto as futuras despesas quanto as futuras rendas, assemelhando-se a investimentos em outros bens de produção. Sempre que a instrução, associada à Educação, eleva as rendas futuras, há uma ampliação da produtividade, considerando-a resultado do investimento em capital humano.

Em Schultz (1973), investimentos em capital humano determinam as futuras perspectivas da humanidade, sendo fatores decisivos de produção para a melhoria do bem-estar das pessoas pobres. Os avanços em conhecimentos melhoram significativamente as perspectivas econômicas e o bem-estar das pessoas menos favorecidas, proporcionando melhor condição de vida para toda a sociedade. De acordo com Schultz (1987), a Educação é vista não somente como um determinante do crescimento e do progresso econômico, mas também como uma geradora de externalidades positivas para a sociedade, pois alavanca maior consciência ao indivíduo, seja de caráter político, ético, moral ou social, minimizando fatores de risco à população e proporcionando maior bem-estar coletivo.

Diante desses apontamentos, torna-se possível perceber que a Educação pode oferecer externalidades positivas diretas e indiretas na Economia. A externalidade direta refere-se aos efeitos dos maiores rendimentos do indivíduo, gerando, num caráter coletivo, maior crescimento econômico, enquanto a externalidade indireta pode vir a proporcionar maior equidade e justiça social.

Para Becker (1993), é mais fácil quantificar o lado monetário, bem como os resultados ou benefícios advindos do capital humano. Porém, há outros aspectos a considerar, pois a Educação promove resultados positivos na área da Saúde, por exemplo, uma vez que indivíduos mais instruídos tendem a desenvolver atividades de prevenção a doenças. Há, também, resultados positivos no nível de democracia da sociedade, fazendo com que os indivíduos interajam de forma mais consciente com seus governantes e com maior conhecimento de políticas. A Educação propicia resultados positivos tanto no contexto econômico quanto no político, no social e no cultural.

Na literatura econômica sobre o tema, a renda e a taxa de retorno recebem papel de destaque. Nesse sentido, a demanda por educação dos indivíduos segue o objetivo de melhorar seu fluxo de rendimento ao longo da vida ou, de maneira mais ampla, obter mais retorno associado à melhor qualidade de vida. A decisão de investir em Educação é tomada comparando o fluxo de rendimentos esperados, excluídos os custos associados à sua aquisição, com o valor presente da renda esperada ao não fazer o investimento.

Zulauf (2006) enfatiza a necessidade de formar graduados com habilidades acadêmicas e profissionais que incluam competências, posturas e valores capazes de ajudar a revitalizar a economia. Contudo, para isso, os graduandos devem estar aptos e preparados para inserção no mercado de trabalho. Nesse cenário, as metas e os resultados da Educação Superior foram redefinidos, tendo como alvo básico “o ensino das habilidades que contribuem para a sociedade e para o desenvolvimento da mente do indivíduo”. “O resultado do ensino superior tem que ser o desenvolvimento do conhecimento, da compreensão e de habilidades específicas, cognitivas e básicas” (ZULAUF, 2006, pp. 5-6).

O ensino de habilidades deve atender às necessidades da economia e do indivíduo. Todas as mudanças, sejam científicas, tecnológicas ou econômicas, precisam de um ensino que focalize habilidades pessoais e intelectuais transferíveis, valorizadas pela indústria, pelo comércio, por profissionais e pela administração pública e social. Outro aspecto importante é a demanda crescente por mão de obra cada vez mais especializada. Surge, então, a necessidade de atender à qualificação que o mercado exige. O ensino superior passa a exercer papel fundamental nessa relação, uma vez que a especialização que o mercado requer vem da qualificação adquirida por meio da Educação Superior em diferentes níveis. Há uma relação direta entre colocação no mercado de trabalho e aprimoramento acadêmico: quanto maior a dedicação dispensada à educação, maior será o número de possibilidades profissionais que o indivíduo apresentará.

No Brasil, tem-se observado o aumento do acesso ao ensino superior, o que representa aumento do número de pessoas que estão preocupadas em investir em Educação e em qualificação. Isso se dá tanto por iniciativas governamentais, por meio dos programas de expansão de Educação Superior, como Programa Universidade para Todos (Prouni); Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), dentre outros, como também por iniciativa

pessoal. A população começa a observar que o fator “educação” representa investimento e ganho de capital humano.

Assim, a qualificação do trabalhador adquirida pelo capital educacional potencializa o crescimento e o desenvolvimento econômico, dá chances individuais de acesso a melhores postos de trabalho, contribui para maior produtividade, além de melhorar a remuneração recebida. Tal retorno pode inclusive influenciar a escolha de carreiras. Bartalotti (2007) aponta que o *status* que uma carreira proporciona pode ser decisivo na escolha do curso superior. Graduados em cursos tradicionais, como Direito, Medicina e Engenharia, por exemplo, gozam de certas “vantagens” associadas às prerrogativas de suas carreiras, visto o prestígio que proporcionam. Isso faz com que muitos optem por seguir uma dessas profissões. Entretanto, lembra o autor que outro fator individual na opção de graduação é a vocação do indivíduo. As pessoas apresentam diferentes mapas de preferências e, neles, cada indivíduo escolhe a combinação de atividades que melhor lhe satisfaz, ao mesmo tempo que contribui na melhoria de ganho de capital. Dentre essas atividades a definir estão as profissionais; portanto, quanto mais próximo à indiferença entre duas carreiras uma pessoa estiver, maior deve ser a relevância de fatores, como o fator “renda” decorrente dessa escolha.

3. Dados e procedimentos da pesquisa

O *locus* desta pesquisa é a Universidade de Brasília (UnB), Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) com sede em Brasília, Distrito Federal, composta por seus quatro campi: Darcy Ribeiro, Faculdade UnB Ceilândia (FCE), Faculdade UnB Gama (FGA) e Faculdade UnB Planaltina (FUP). Segundo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2017, a instituição conta com 119 cursos de graduação, entre aqueles com habilitação em bacharelado e licenciatura. Do total, 107 são cursos presenciais; 12, a distância. Em termos de pós-graduação, a UnB conta com 86 cursos de mestrado e 66 de doutorado.

Conforme o Censo Escolar de 2014, a UnB conta com 34.506 alunos regulares registrados nos cursos de graduação na modalidade presencial, entre turnos integrais e noturnos, além dos 1.866 matriculados em cursos a distância. Desses alunos, 3.733 dos cursos presenciais e 289 dos cursos a distância concluíram a graduação em 2014. Sendo assim, a UnB disponibilizou para a sociedade, em 2014, 4.022 novos profissionais de graduação que se inseriram no mercado de trabalho.

Nossa análise, no entanto, concentra-se nos graduados pela UnB no intervalo que corresponde aos anos de 1995 e 2015, dentre os diversos cursos oferecidos pela universidade à população do DF e à região central do Brasil.

Os dados analisados – tanto os referentes à graduação da UnB quanto aos da Rais – foram disponibilizados pela Coordenadoria de Informações Gerenciais (CIG) da Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI) do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO) da UnB. No ano de 2015, foi firmado o Convênio nº 001/2005/FUB/MTE/Senaes entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a fim de efetuar consultas na Rais. Nesse caso, foi possível ter acesso aos dados do registro dos empregos dos egressos da UnB que estão inseridos na Rais através das informações fornecidas pelo DPO.

Para esta análise, optou-se por agrupar os egressos por curso, sem diferenciação dos turnos, visto que é possível aos estudantes cursar determinada matéria no turno que melhor lhes convêm, o que permite que um aluno matriculado no período integral curse matéria do curso noturno, ou vice-versa. Os cursos com habilitação em bacharelados foram identificados por (B); os de licenciaturas, por (L). Para as análises dos dados, foram considerados 120 cursos de graduação, dado que o Esquema I (curso especial de formação pedagógica que tinha o objetivo habilitar profissionais portadores de diploma de graduação para o exercício de magistério) aparece como curso que obteve egressos entre os anos de estudos, porém, hoje, já não faz parte da grade de cursos ofertados pela UnB.

A Rais, base de dados utilizada neste estudo, é um relatório de informações socioeconômicas solicitado anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas e outros empregadores. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975, e tem como objetivo suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Segundo o Manual de Orientação Rais e a Portaria de nº 1.464, de 30 de dezembro de 2016 do MTE, devem declarar a Rais os inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com ou sem empregados. Todos os empregados contratados por CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), bem como servidores públicos de qualquer natureza, trabalhadores avulsos, empregados de cartórios extrajudiciais, trabalhadores regidos pelo Estatuto do

Trabalhador Rural, menores aprendizes, servidores e trabalhadores licenciados e dirigentes sindicais devem estar inseridos na base da Rais. Nesse contexto, a Rais é resultado de uma parceria, na qual todos os agentes têm um papel relevante na geração de informações fidedignas sobre o mercado de trabalho, cuja confiabilidade dos dados é de responsabilidade de todos os atores envolvidos. A Rais, com o transcorrer do tempo, foi se tornando uma das fontes estatísticas mais confiáveis sobre o mercado de trabalho formal no país. Esse registro administrativo constitui referência nacional e internacional.

4. Resultados

A UnB formou, entre os anos de 1995 e 2015, 67.113 alunos de graduação em diferentes cursos oferecidos. Quando se considera todos os egressos da UnB ao longo de sua existência, há 94.994 formados, conforme Anuário Estatístico de 2016. Do total dos egressos de 1995 a 2015, os dados mostram que 34.622 tiveram registro na Rais, ou seja, 52% ingressaram no mercado de trabalho formal como empregados com carteira assinada ou com vínculo em serviço público. Quando se observa o registro na Rais, sem delimitação de tempo, nota-se que há 50.256 registros de egressos da UnB que efetivamente estão ativos no mercado de trabalho, ou seja, a presença de egressos da UnB nessa base de dados é muito maior do que a amostra aqui considerada.

Para as análises que se seguem, foram destacados somente os egressos de 1995 a 2015, por curso de formação, por ser este o período de estudo proposto para o trabalho. Há, entretanto, divergências entre os cursos em relação ao grau de aderência ao mercado formal de trabalho, ou seja, por razão inserção na Rais/formados por curso. Algumas áreas, como, por exemplo, profissionais liberais e profissionais que atuam por meio de cooperativas/associações, adotam regimes diferenciados de contratação, por isso estão desobrigadas de se registrarem na base de dados em análise. Neste trabalho, não lidaremos de forma explícita com esse problema.

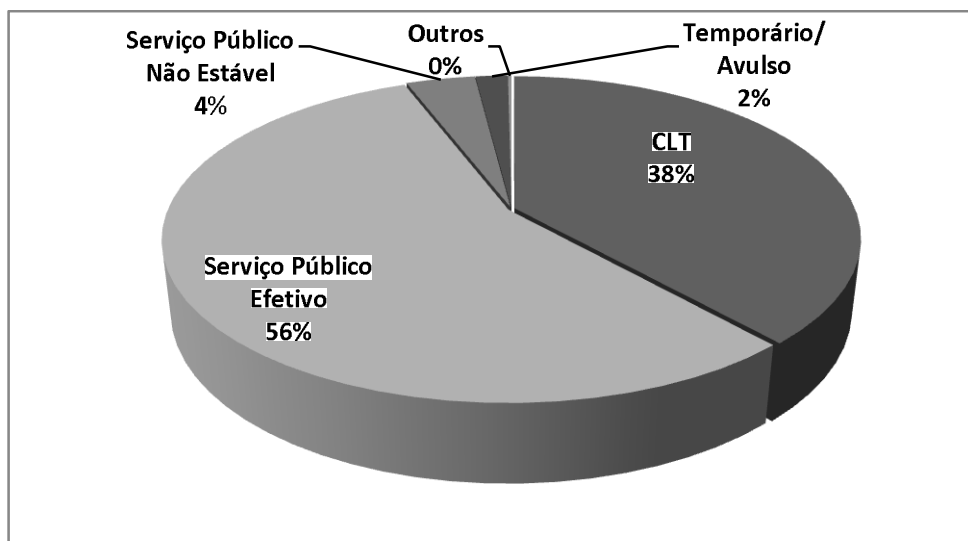
O tipo de vínculo empregatício está relacionando com o modelo de contrato celebrado entre empregador e o empregado. Para as análises dos gráficos deste tópico, todos os egressos da UnB com registro na Rais foram considerados. Nesse caso, contou-se com uma amostragem de 50.256 egressos de cursos de graduação da UnB entre os anos de 1975 a 2015 que efetivamente obtiveram ingressos na Rais. Optou-se por considerar todos os egressos,

sem delimitação de tempo, por entender-se que, nesse caso, tais informações contribuem para uma visão geral das regiões que mais captam as forças de trabalho fomentadas pela UnB.

Ao analisar os dados dos egressos da UnB, conforme Gráfico 1, notou-se que 60% dos egressos estão no mercado de trabalho como servidores públicos – destes, 56% são servidores públicos efetivos e 4% são servidores públicos não estáveis. A iniciativa privada abarca cerca de 40% dos egressos; 2% estão como força de trabalho temporária/avulsa.

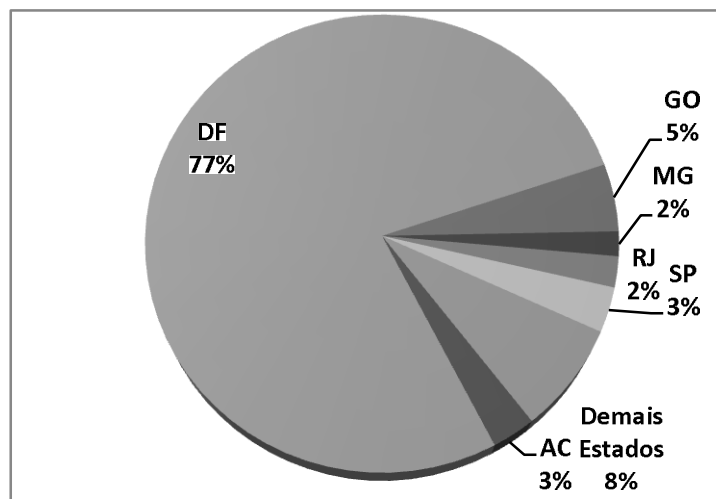
A grande quantidade de egressos da UnB no serviço público é um indicador de que a Universidade tem tido função primordial de suprir a força de trabalho demandada nessa seara. O fator principal que direciona esse cenário decorre da peculiaridade inerente ao mercado de trabalho de Brasília, que, por ser Capital Federal, atua como centro do poder federal e abarca grandes órgãos da alta administração do país.

Gráfico 1 – Tipo de vínculo dos egressos da UnB – 1975 a 2015



Fonte: Rais ano-base 2016. Elaboração das autoras.

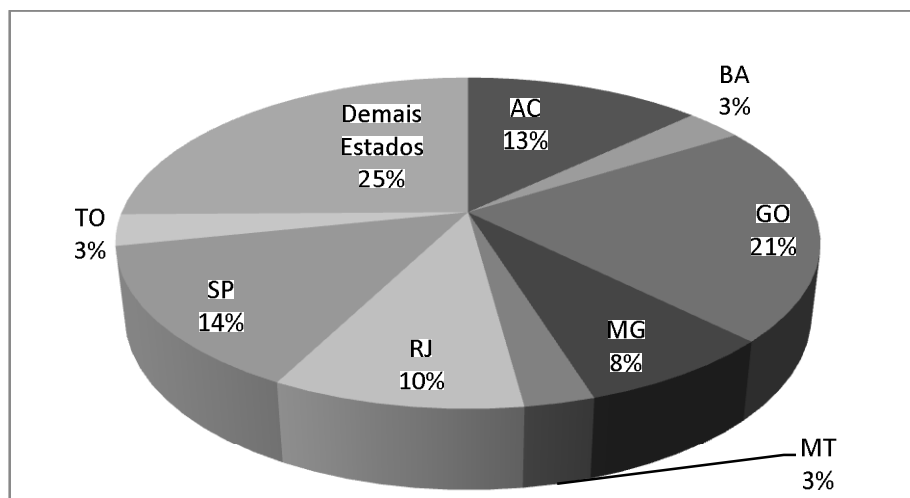
Já em relação à distribuição geográfica dos egressos da UnB, observa-se uma concentração na região Centro-Oeste, como nota-se pelo Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos egressos por Unidade da Federação – 1975 a 2015

Fonte: Rais (ano-base: 2016). Elaboração das autoras.

Verifica-se que 77% dos egressos da UnB, com registro na Rais, estão atuando no mercado de trabalho do Distrito Federal, seguido do Estado de Goiás, que abarca 5%, São Paulo, com 3%, e Acre, com outros 3%. Os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentam cerca de 2% cada; os demais Estados registram em torno de 8% no total.

Os números indicam que grande parte dos egressos permanece atuando no mercado de trabalho do Distrito Federal. Por ser a Capital Federal e por abrigar muitos órgãos do governo central, Brasília tem como característica um mercado de trabalho predominantemente de serviço público; com isso, muitos dos estudantes do Distrito Federal, como também de outros Estados que buscam formação acadêmica na UnB, optam por se estabelecer na Capital Federal e fazer carreira nas oportunidades que o mercado de trabalho da região oferece. Além disso, muitos estudantes da UnB são filhos de servidores públicos alocados no DF, ou mesmo de servidores da ativa em formação, o que contribui para a permanência na região. O Estado de Goiás, em razão da microrregião do entorno do Distrito Federal, acaba atraindo os egressos da UnB, abrigando, em virtude disso, cerca de 5% da força de trabalho formada por esta universidade quando comparado com todos os demais Estados.

Gráfico 3 – Distribuição dos egressos por Unidade da Federação sem o Distrito Federal – de 1975 a 2015

Fonte: Rais ano-base 2016. Elaboração das autoras.

Quando se analisa o gráfico sem considerar o DF, percebe-se que Goiás é o Estado que mais se destaca na atuação dos egressos da UnB (21%). Por ser um Estado vizinho ao Distrito Federal, a UnB consequentemente se torna uma universidade muito procurada por estudantes goianos. Outro ponto importante é que o Estado de Goiás possui apenas uma universidade federal e uma estadual, o que pode ser, nesse caso, um dos fatores que contribuem para que o Estado de Goiás tenha uma significativa demanda de profissionais formados pela UnB.

São Paulo é outro Estado que aparece como agregador da força de trabalho fomentada pela UnB, tendo em torno de 14% de representatividade no total dos egressos, número bem significativo para uma região que é reconhecida por abrigar as melhores universidades do país. No entanto, o Estado de São Paulo também é reconhecido nacionalmente como o de maior geração de emprego, o que leva a crer que muitos dos egressos da UnB vão para essa região em busca de oportunidades de trabalho.

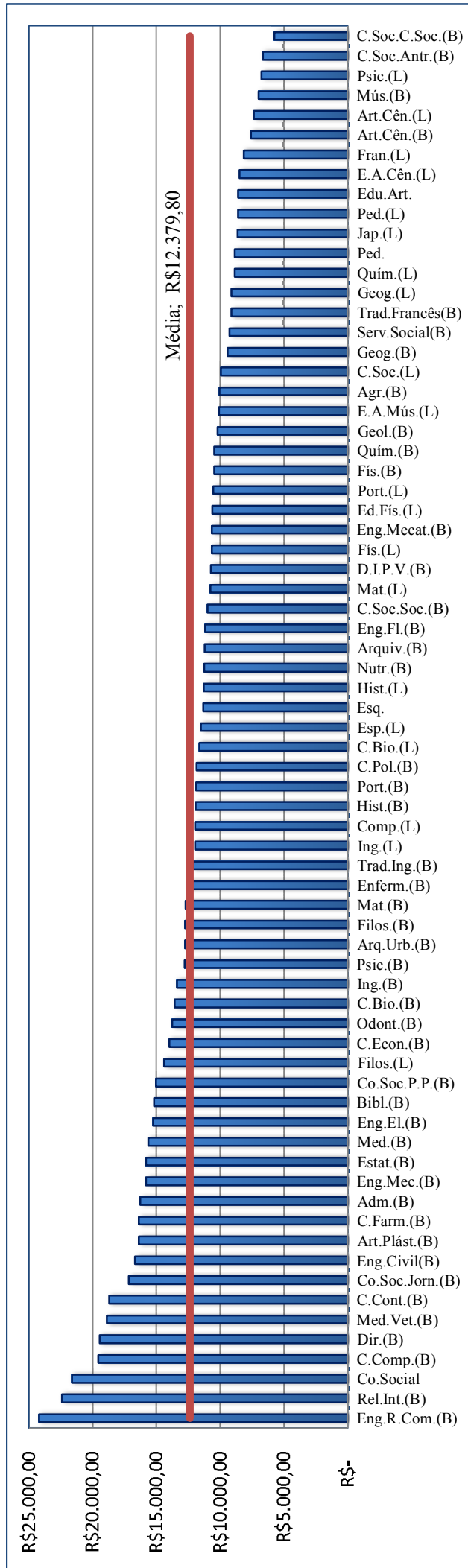
Deve-se destacar, ainda, o Estado do Acre, com 13%, número bem expressivo, uma vez que é um dos Estados mais distantes da UnB e com pouca expressividade na geração de emprego. Porém, como Goiás, conta apenas com uma universidade federal para atender toda a sua população. A Capital Federal acaba sendo um dos destinos mais procurados pelos

estudantes oriundos do Estado do Acre quando buscam por uma universidade federal fora de seu Estado. Certamente, esse é um dos fatores que levam a verificar que egressos da UnB têm boa atuação no mercado de trabalho no Acre.

O Estado do Rio de Janeiro abarca cerca de 10% dos egressos da UnB. Este Estado também agrega boas universidades, porém, como São Paulo, é um destino para oportunidades de empregos: muitos egressos seguem para essa região à procura de colocação no mercado de trabalho. Em seguida, vem Minas Gerais, com 8%. Por ser um Estado circunvizinho do Distrito Federal, acaba por abarcar uma boa porcentagem de egressos da UnB. Outros Estados que aparecem com relevância são Tocantins, Mato Grosso e Bahia, cada um deles com cerca de 3%. Os demais Estados apresentam uma porcentagem de empregabilidade de egressos menos expressiva, ficando em torno de 25%, distribuídos entre os outros 18 Estados.

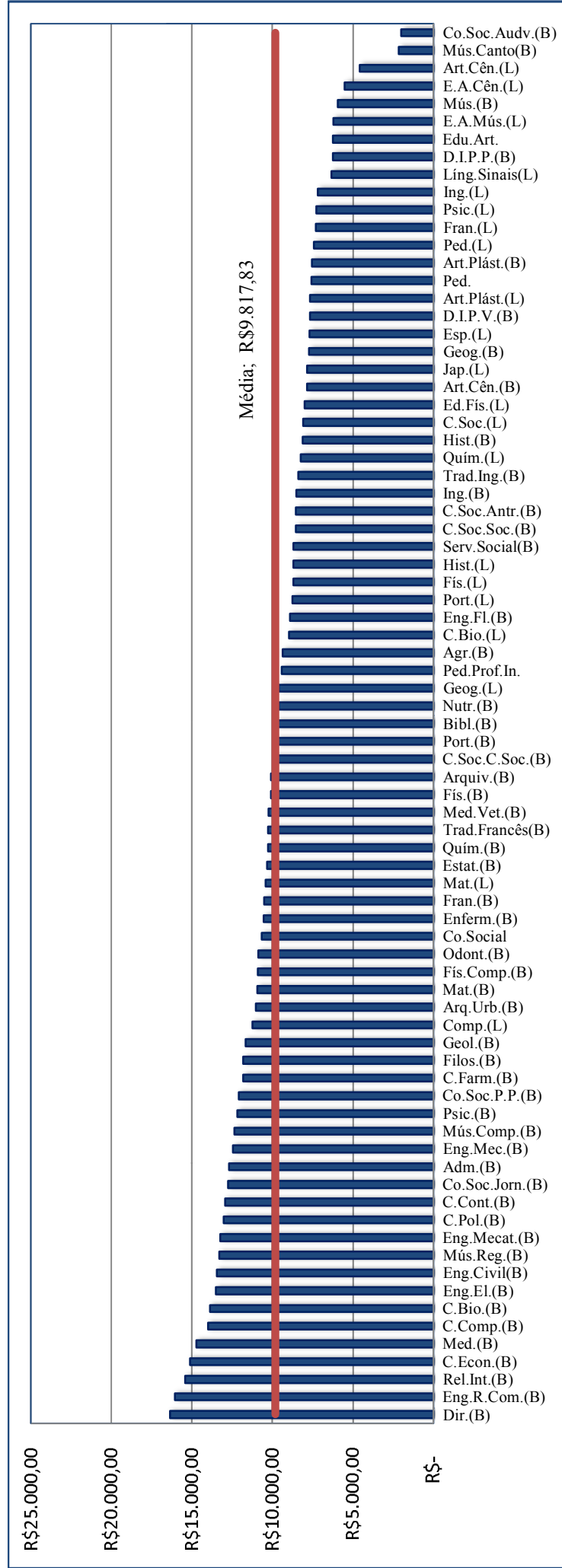
Já em relação às rendas dos egressos, as análises se referem à renda média ponderada pela quantidade de egressos por cursos dentre os anos considerados neste estudo. Para melhor compreensão, optou-se por dividir os resultados em períodos, com os egressos em grupo de 5 anos. Os gráficos 4 a 7 mostram esses resultados.

Gráfico 4 – Remuneração dos egressos da UnB com ingresso na Rais; média ponderada por quantidade de formados – 1995 a 2000



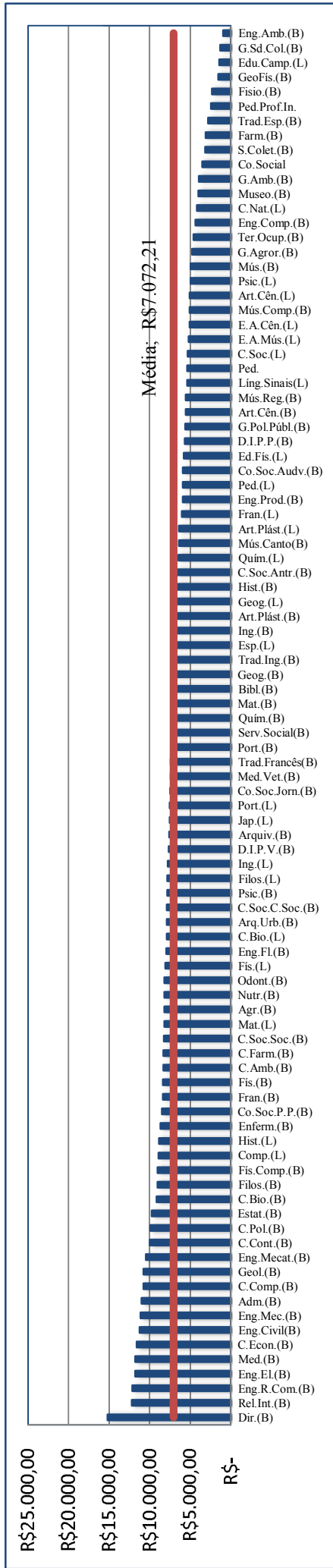
Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

Gráfico 5 – Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na Rais; média ponderada por quantidade de formados – 2001 a 2005



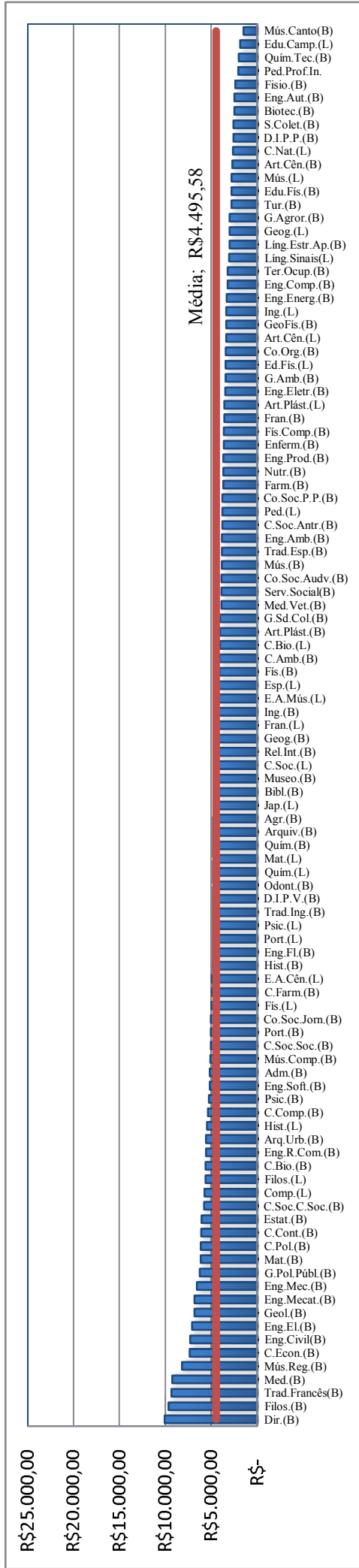
Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

Gráfico 6 – Remuneração dos egressos da UnB com ingresso na Rais; média ponderada por quantidade de formados – 2006 a 2010



Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

Gráfico 7 – Remuneração dos egressos da UnB com ingresso na Rais; média ponderada por quantidade de formados – 2011 a 2015



Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

Ao analisar a renda média dos egressos de diferentes cursos ao longo dos 21 anos considerados neste estudo, nota-se que há uma discrepância considerável entre os cursos com melhores níveis de remuneração e os menos remunerados, o que fica evidente nos quatros períodos dos anos em análise, como mostram os gráficos 4 a 7.

Os egressos entre os anos de 1995 e 2000 (Gráfico 4) apresentam renda média mais elevada quando comparada aos demais anos. São profissionais alocados há mais tempo no mercado de trabalho, portanto, têm mais experiências e, como consequência, salários mais altos. Os profissionais formados nesse período apresentam uma renda média de 10 a 13 mil reais, com picos de remuneração mais elevada em cursos como Engenharia de Rede de Comunicação e Relações Internacionais, que apresentam salários acima de 22 mil reais. Porém, nota-se que há cursos menos remunerados, como Psicologia (L), Ciências Sociais e Ciências Sociais Antropologia, com remuneração entre 5 e 6 mil reais.

Já nos períodos subsequentes, a renda média geral tende a cair. Entre os egressos dos anos de 2001 a 2005, a remuneração média dos profissionais varia em torno de 9 a 10 mil reais, com as melhores remunerações em áreas como Direito, Engenharia de Redes de Comunicação, Relações Internacionais e Ciências Econômicas, que apresentam salário médio acima de R\$ 15 mil. Já entre os egressos nos anos de 2006 a 2010, a renda média varia em torno de 7 mil reais, com destaque para os profissionais da área de Direito, com salário médio acima de R\$ 15 mil, seguidos daqueles de Engenharia de Redes de Comunicação e Relações Internacionais, apresentando uma média de 12 mil reais.

Os egressos dos anos de 2011 a 2015 apresentam uma média de renda bem menor quando comparada com os egressos dos primeiros anos em estudos, o que se explica por serem profissionais recém-formados, com poucas experiências profissionais. Outro fator a considerar é a conjuntura econômica do país e a redução nos números de concursos públicos, o que tem alguma influência na redução da renda. A renda média desses profissionais varia em torno de R\$ 4 mil, com melhores remunerações para os profissionais das áreas de Direito, Filosofia, Letras Tradução Francês e Medicina, com renda acima de 9 mil reais. A grande maioria dos cursos apresenta uma renda bem abaixo da média (indicando uma dispersão interessante nesse período entre os cursos no quesito remuneração), já que a maior parte dos profissionais ganha menos de 5 mil reais, independentemente da área de formação.

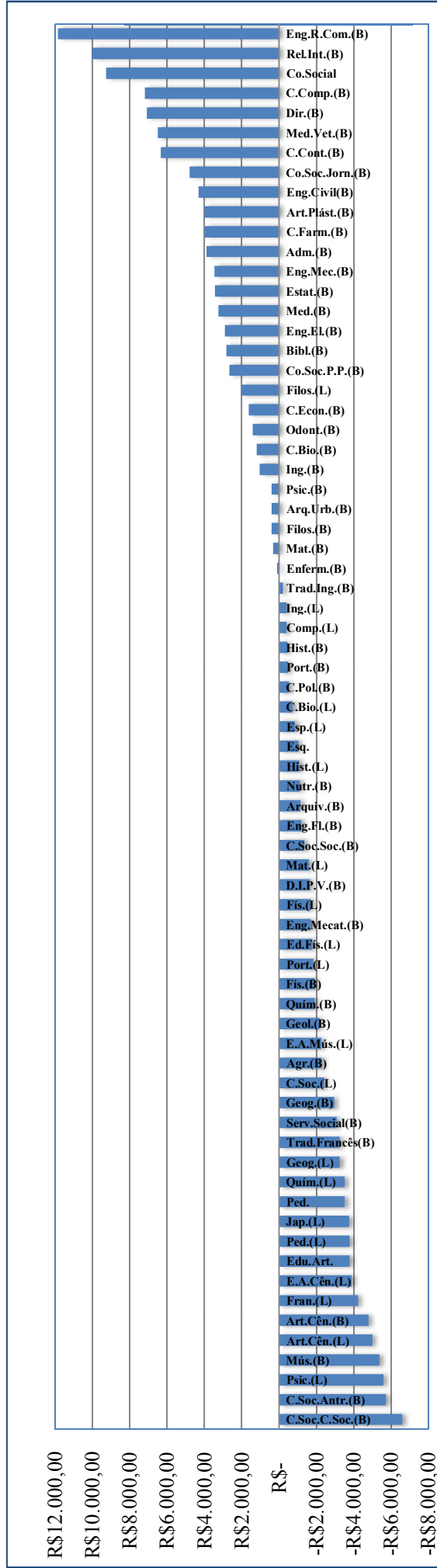
Observa-se que, quando se compara a renda média ao longo dos anos de formação, nota-se que a experiência profissional e o tempo de formação são variáveis que implicam melhoria de renda média desses egressos. Outro ponto de relevância refere-se ao fato de que, conforme dados do Anuário Estatístico de 2016 mencionado anteriormente, a universidade formou, entre os anos de 1995 e 2015, cerca de 67.113 alunos de graduação em diferentes cursos oferecidos. Com isso, pode-se observar que, num total de 94.994 formados ao longo dos anos de existência da UnB, cerca de 70% dos seus egressos foram para o mercado nos últimos 20 anos, o que implica ter mais profissionais no mercado de trabalho e, por conseguinte, contribui com o mercado competitivo.

Os próximos gráficos apresentam o desvio em relação à média da remuneração dos egressos. A partir do cálculo da média simples das médias ponderadas apresentadas nos gráficos anteriores, ordenou-se os cursos pelo tamanho e pelo sinal do desvio de sua média ponderada em relação a essa média simples calculada. O objetivo é ilustrar de forma mais clara os cursos que oferecem retornos acima da média e aqueles que oferecem retornos abaixo da média.

A proporção do desvio-padrão em relação à média das remunerações dos diversos cursos tende a ser menor nos períodos recentes. Os gráficos mostram que, quanto mais recente é a formatura do egresso, as médias das remunerações se distribuem de forma mais uniforme. Para egressos formados há menos tempo, os cursos nos extremos (tanto os de maior remuneração quanto os de menor remuneração) são menos díspares, indicando que há um desvio-padrão das médias inferiores e uma distribuição mais uniforme.

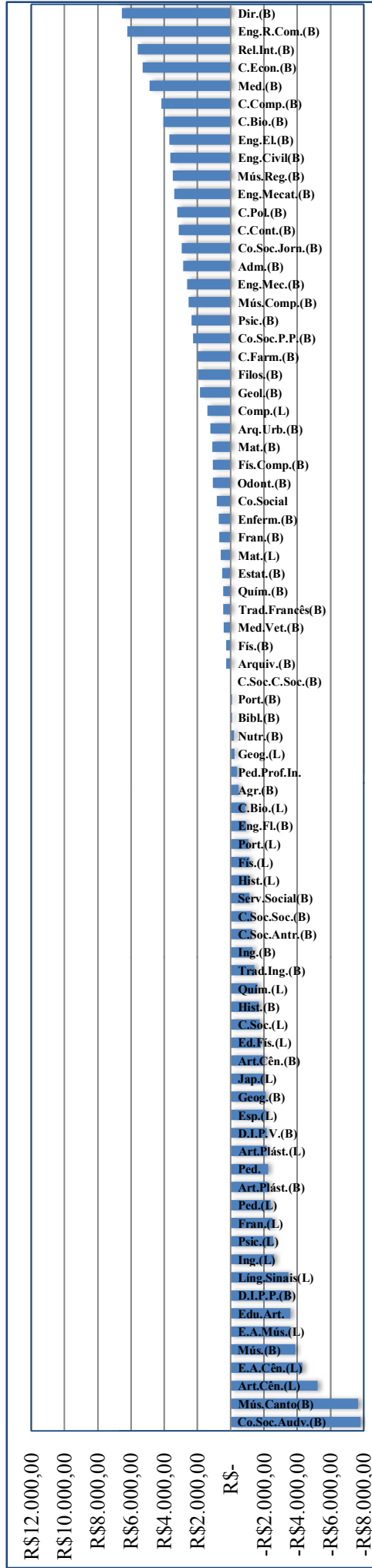
Nota-se que há maior dispersão da renda dos profissionais que estão há mais tempo no mercado; o desvio-padrão aumenta à medida que os egressos adquirem mais experiência na carreira. Os egressos entre os anos de 1995 e 2000 apresentam maior dispersão de renda em relação às carreiras quando comparados aos egressos dos anos subsequentes. Para os egressos nos anos entre 2010 e 2015, há uma menor dispersão na renda, o que indica que, no início da carreira, a dispersão entre os cursos é bem menor, independentemente do tipo de curso em que os egressos foram habilitados.

Gráfico 8 – Desvio em relação à média da remuneração dos egressos da UnB com ingresso na Rais – 1995 a 2000



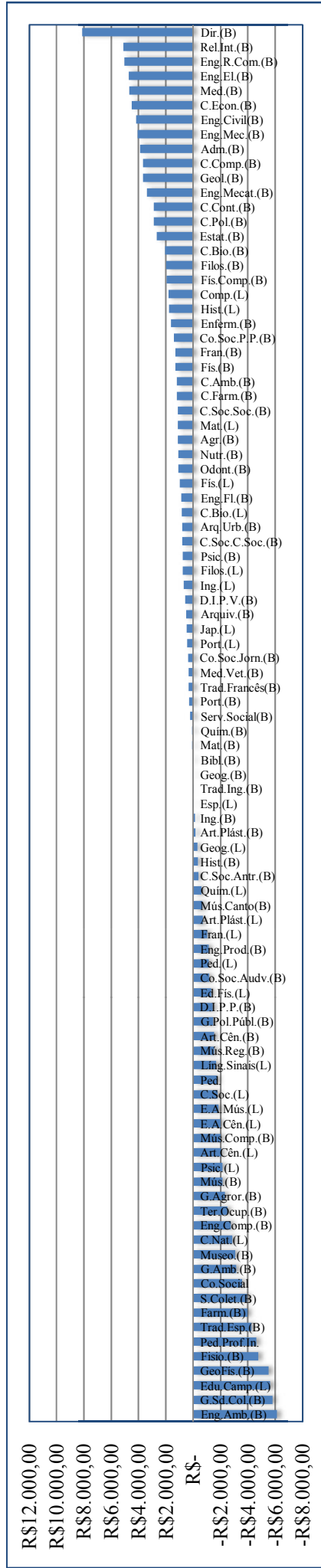
Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

Gráfico 9 – Desvio em relação à média da remuneração dos egressos da UnB com ingresso na Rais– 2001 a 2005



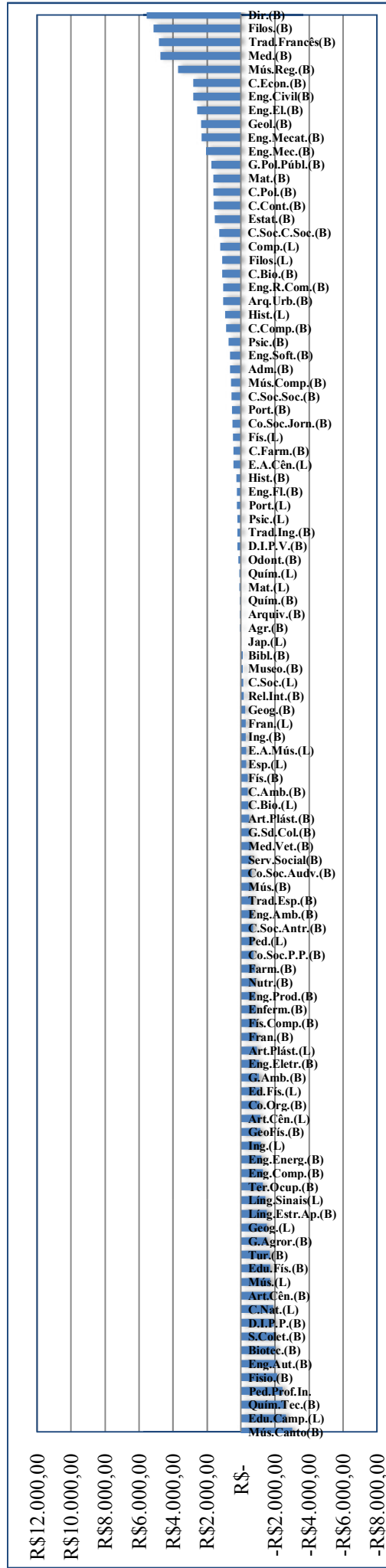
Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

Gráfico 10 – Desvio em relação à média da remuneração dos egressos da UnB com ingresso na Rais– 2006 a 2010



Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

Gráfico 11 – Desvio em relação à média da remuneração dos egressos da UnB com ingresso na Rais- 2011 a 2015



Fonte: Rais e UnB. Valores correntes de 2017. Elaboração das autoras.

5. Cursos mais concorridos nos vestibulares da UnB e retorno da educação

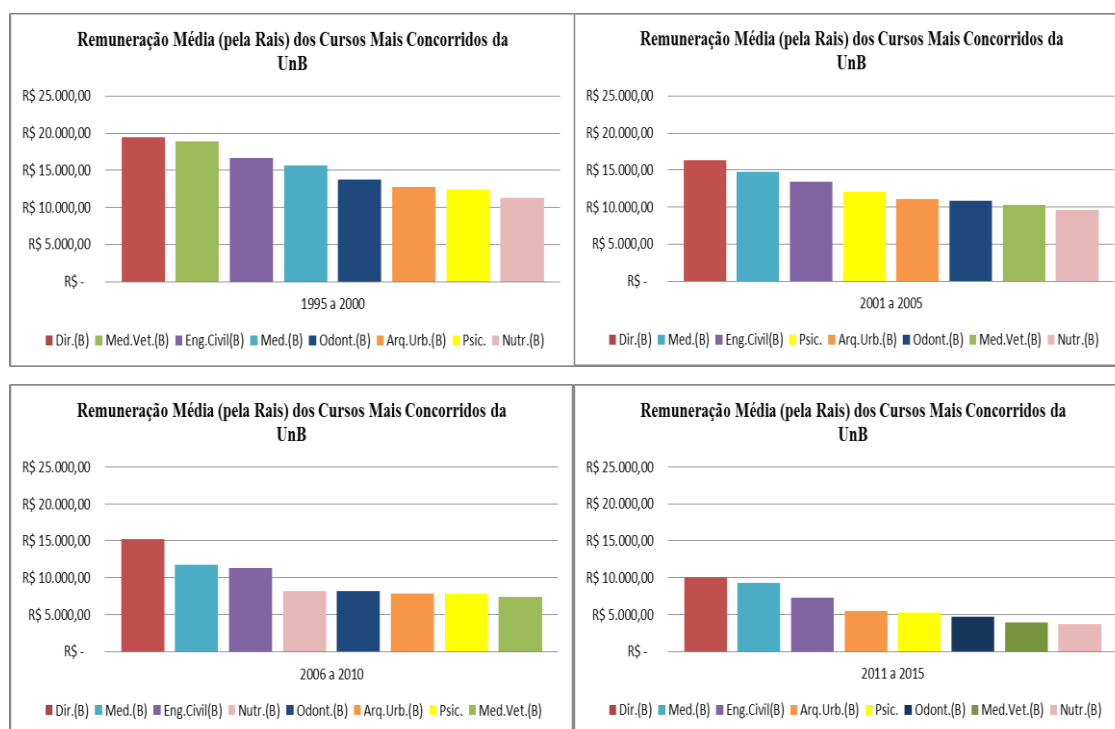
Segundo dados do Cespe/Cebraspe, em relação à demanda de candidato por vaga, os cursos que tiveram maior demanda por vaga nos últimos vestibulares foram Medicina, Direito, Psicologia, Odontologia, Engenharia Civil, Nutrição, Medicina Veterinária e Arquitetura e Urbanismo. Na Tabela 1, mostram-se esses dados.

Tabela 1 – Relação candidato/vagas no vestibular da UnB, média dos anos de 2014, 2015 e 2016

<i>Concorrência no vestibular da UnB</i>	
Cursos	Média
Medicina	108,21
Direito	16,68
Psicologia	13,22
Odontologia	13,30
Engenharia Civil	13,16
Nutrição	11,28

Fonte: Cespe/Cebraspe (2017). Elaboração das autoras.

Tais cursos foram os mais procurados pelos estudantes que prestaram os vestibulares da UnB nos últimos três anos. Para este estudo, optou-se por considerar apenas os cursos com média acima de 10 candidatos por vaga nos últimos vestibulares analisados, haja vista que a proposta, neste momento, visa uma análise somente dos cursos mais concorridos dos vestibulares da UnB. Ponderou-se a forma de seleção do vestibular tradicional da UnB, não analisando as demandas por vagas advindas do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (Sisu/MEC), do Programa de Avaliação Seriada (PAS), das transferências facultativas e obrigatórias e do processo seletivo de portadores de diploma de curso superior.

Gráfico 12 – Remuneração média (pela Rais) dos cursos mais concorridos da UnB – 1995 a 2015

Fonte: Rais e UnB (2017). Elaboração das autoras.

Conforme dados da Rais no que se refere à remuneração média dos egressos dos cursos mais concorridos da UnB, observou-se que todos os oito cursos analisados apresentaram uma renda média elevada. Os egressos dos dois primeiros períodos em estudo (1995 a 2000 e 2001 a 2005) se destacaram com uma remuneração média acima de 10 mil reais para todos os cursos analisados. Os outros dois períodos (2006 a 2010 e 2011 a 2015) apresentaram uma renda média menor se comparada aos anos anteriores, porém, sabe-se que o fator “experiência profissional” é uma variável preponderante que contribui para aumentar a renda média dos trabalhadores.

Cursos como direito e medicina são os mais concorridos nos vestibulares da UnB e também são os que aparecem como cursos com maior grau de remuneração na Rais. Direito, por sua vez, configura nos quatros períodos analisados, bem acima da média, o que pode também contribuir para compreender que o perfil dos egressos do UnB é de se inserir no mercado de trabalho do DF onde tem a predominância do funcionalismo público, em que tal curso exerce forte influência.

Por outro lado, embora medicina se destaque como o curso que disparadamente é o mais concorrido na UnB, nota-se que nos primeiros cinco anos analisados, ela não configura como melhores remunerações conforme base da RAIS. Outros cursos, como engenharia civil e medicina veterinária têm mais destaque neste período, porém demais períodos analisados medicina aparecem como a segunda melhor remuneração atrás apenas do curso de direito.

Outros cursos como odontologia, nutrição, psicologia e medicina veterinária que têm características de terem muitos egressos no mercado de trabalho como profissionais liberais ou profissionais que atuam por meio de cooperativas/associações, quando analisados através dos dados trazidos pela Rais, verifica-se que as remunerações são significativas e aparecem, nas análises, bem acima da média, se comparados a todos os demais cursos oferecidos pelo UnB.

6. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal estudar o retorno financeiro à educação a partir da remuneração dos egressos de graduação dos últimos 21 anos da Universidade de Brasília. Diante dos dados analisados, pôde-se constatar que, dos 67.113 egressos de graduação nos anos estudados, 52% estão inseridos no mercado de trabalho como empregados, conforme constado nas informações da Rais.

Conclui-se, com esta pesquisa, que os alunos de graduação da UnB dos diferentes cursos e áreas de formação têm uma boa inserção no mercado de trabalho, destacando-se tanto na iniciativa privada como nos serviços públicos, conseguindo obter oportunidades de emprego em todas as regiões do país. Além disso, eles se destacam com uma rentabilidade considerável no mercado de trabalho, com uma renda média que aumenta com o passar do tempo, conforme experiência na área de formação. Os cursos mais concorridos nos vestibulares se configuram entre os que têm mais retorno no que tange ao quesito “renda”. Nisto nota-se que a UnB atua com o compromisso da formação e da qualificação para o exercício profissional de seus alunos, contribuindo de forma importante no desenvolvimento da Educação, que é propulsora do desenvolvimento econômico do país e da região Centro-Oeste.

Além do mais, a pesquisa evidencia que a Educação Superior proporciona retorno financeiro relativamente significativo aos indivíduos que buscam se qualificar e aprimorar seus conhecimentos por meio da Educação, e que o investimento em Educação propicia melhorias na renda, além de outros resultados positivos.

Estudos futuros que buscam analisar o retorno financeiro dos egressos de cursos nos quais os profissionais são mais propícios a atuar no mercado de trabalho como autônomos ou profissionais liberais poderão contribuir ainda mais com a pesquisa em questão, visto que, nesta análise, tais profissionais não foram considerados, por não estarem inscritos na Rais. Por fim, o estudo pôde corroborar com futuras discussões em relação às melhorias na gestão universitária e à construção de políticas públicas direcionadas à comunidade acadêmica da universidade.

Referências

- BARTALOTTI, O.; MENESES-FILHO, N. (2007) A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens. **Econ. Aplic.**, São Paulo, v. 11, n. 4, out./dez., p. 487-505.
- BECKER, G. S. (1993) *Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3. ed. Nova York: University of Chicago, NBER.
- BRASIL. Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. **Institui a relação anual de informações sociais – Rais e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d7>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (2016). **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)**: ano-base 2016. Brasília. 49p. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ft/ManualRAIS2016.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- BRASIL. **Portaria nº 1.464, de 30 de dezembro de 2016**. Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ano-base 2016. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ft/PortariaRAIS2016.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- CASTELLS, M. (1999). **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra.
- FUB; MTE. (2015). Fundação Universidade de Brasília. Ministério do Trabalho e Emprego. **Convênio nº 001/2005/FUB/MTE/Senaes**.
- SCHULTZ, T. (1967). **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1973). **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- _____. (1987). **Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária;
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. 2014-2017. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/documentos/PDI/PDI_2014-2017.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- _____. **Anuário Estatístico da UnB 2016**. Período de 2011 a 2015. Disponível em: <http://dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- _____. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2014**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_14_2/arquivos/VESTUNB_14_2_DEMANDA_ATUALIZADA.PDF>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- _____. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2015**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_15_2/arquivos/VESTUNB_15_2_DEMANDA_2.PDF>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- _____. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2016**. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_16_2/arquivos/C_PIA_DE_VEST_UNB_16_2_DEMANDA.PDF>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- ZULAUF, M. (2006). **Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 126-155, jul./dez.

